

ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2005**

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
Examinador: Desembargador JOSÉ ANTONINO BAÍA BORGES

ORIENTAÇÕES

- 1) Aborde cada questão, em seus principais aspectos, de forma breve e objetiva, tentando respondê-las em, no máximo, 20 (vinte) linhas.
- 2) O candidato não deve fazer a transcrição de artigos de lei, bastando apenas a menção ao texto legal.
- 3) As respostas serão apreciadas quanto à correção e adequação a linguagem, clareza e objetividade.
- 4) Importante ressaltar que não é a extensão de um comentário que implicará uma melhor performance, mas sim o conteúdo e a forma de exposição.

BOA SORTE!!!

Questão n1 1

Alfa Ômega foi denunciado pelos crimes de homicídio qualificado, tráfico de entorpecentes e porte de arma. No momento da pronúncia, o Juiz entendeu que o réu agira em legítima defesa em relação ao delito de competência do Tribunal do Júri.

Instrução: O que e como deve decidir o magistrado no que tange aos três delitos imputados a *Alfa Ômega*?

Questão n1 2

Beta Gama foi denunciada por crime de furto, sob a alegação de que subtraíra a carteira da vítima, empurrando-a para atingir seu intento, provocando-lhe ferimentos. Ao sentenciar, o Juiz condenou a denunciada pelo crime de roubo. A ré apelou. Entre outras alegações, disse ter havido cerceamento de defesa porque se defendera da prática de um delito e se viu condenada por outro.

Instrução: Comente a decisão do julgador e como, a seu ver, o Tribunal deverá decidir a apelação.

Questão n1 3

Delta Ipsilon fora condenado pelo Tribunal do Júri, fixada a pena em 12 anos de reclusão. O Tribunal, em grau de recurso, cassou a decisão (CPP, art. 593, III, letra Ad). Submetido a novo Júri, o réu voltou a ser condenado, fixada a pena, no segundo julgamento, em 15 anos. Apelou novamente e, entre outras alegações, invocou a impossibilidade de *reformatio in pejus*.

Instrução: Comente a questão de forma clara, objetiva e sucinta.

Questão n1 4

Se a quem alega incumbe provar o alegado, situe a iniciativa do Juiz na produção da prova, inclusive quanto à indispensável imparcialidade do julgador.

Instrução: De forma clara, objetiva e sucinta, analise a questão acima.

Questão n1 5

Atos inexistentes, irregulares e nulos, Conceituação e possibilidade de sua convalidação em tema de Direito Processual Penal.

Instrução: De forma clara, objetiva e sucinta, analise a questão/tema acima.